



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA
PÚBLICA: UM DOCUMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE
RELAÇÕES DE TRABALHO DEMOCRÁTICAS**

ROSIMEIRY FERREIRA DE LIMA RESENDE

BELO HORIZONTE

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA
PÚBLICA: UM DOCUMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE
RELAÇÕES DE TRABALHO DEMOCRÁTICAS**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

Rosimeiry Ferreira de Lima Resende

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA PÚBLICA: UM DOCUMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO DEMOCRÁTICAS

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado em----- de julho de 2013, como requisito necessário para obtenção do título de especialista em Gestão Escolar, aprovado pela banca examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. ----- avaliador

Professora Mestra Angela Carmem Abreu Fraga Fonseca – Orientadora

Professora Rosimeiry Ferreira de Lima Resende

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de pesquisa a todos aqueles que de forma direta ou indireta, contribuíram para o desenvolvimento do mesmo, e assim para o meu crescimento pessoal e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado perseverança pra vencer as divergências encontradas pelo caminho no decorrer do curso; aos meus familiares pelo apoio e compreensão pela minha ausência; aos meus professores e orientadores pela ajuda nas dificuldades e a todos os que contribuíram direta ou indiretamente para a conquista desta minha etapa de qualificação profissional.

“Construir ações coletivas na escola depende fundamentalmente da capacidade de todos em compartilhar, discutir, ouvir, socializar, colaborar, opinar, reagir, mudar.” (PERES, 2003, 201)

RESUMO

Este trabalho apresenta a discussão das relações de trabalho no interior da Escola Municipal Santos Dumont; pautando-se em um contexto de gestão democrática e de participação coletiva. Neste sentido, busca refletir sobre as relações de trabalho no ambiente da escola E M Santos Dumont, verificando se estas acontecem, de fato, em um contexto de gestão democrática. Para isto, discuti a relação existente entre relações de trabalho democráticas e construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e analisa a importância da participação coletiva na construção do Projeto Político Pedagógico. Acredita-se que a escola em questão busca desenvolver as suas atividades educativas pautadas nas orientações propostas no seu Projeto Político Pedagógico, visto que este contém princípios estabelecidos conjuntamente e assumidos como compromisso coletivo. Ressalta-se que a instituição fortalece as relações de trabalho no seu interior, permitindo que o Projeto Político Pedagógico se constitua em um instrumento que oferece referências para a prática e para uma nova cultura institucional, ou seja, uma cultura realmente democrática, na qual as relações de trabalho estão baseadas em atitudes de solidariedade e de participação coletiva.

Palavras-chave: relações de trabalho, gestão democrática, Projeto Político Pedagógico, colaboração.

ABREVIATURAS E SIGLAS

P P P	Projeto Político Pedagógico
T C C	Trabalho de Conclusão de Curso
L D B	Lei de Diretrizes e Bases
E C A	Estatuto da Criança e do Adolescente
EM	Escola Municipal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA PÚBLICA: UM DOCUMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO DEMOCRÁTICAS.....	12
2.1 A relação existente entre relações de trabalho democráticas e construção coletiva do Projeto Político Pedagógico	12
2.2 As relações de trabalho da escola E M Santos Dumont: um processo de construção da democracia	16
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
4. REFERÊNCIAS	23
5. ANEXOS.....	1

1. INTRODUÇÃO

As perspectivas presentes na construção do Projeto Político Pedagógico precisam ser condizentes com a proposta de gestão democrática da escola, pois deve manifestar a intencionalidade de toda comunidade escolar em viabilizar práticas educativas emancipadoras e articuladas com o cotidiano dos alunos e com as múltiplas atividades humanas. Compreende-se, hoje, que a elaboração do Projeto Político Pedagógico de uma escola precisa contar com a participação coletiva de professores, representantes de pais e alunos, equipe pedagógica, funcionários e direção da escola, em um processo democrático de decisões que vise superar as relações competitivas, comparativas e autoritárias rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. Esse desafio precisa ser vencido para que se possa ter um Plano Político Pedagógico que atenda de fato as reais necessidades de todos nele envolvidos, ou seja, de toda comunidade escolar.

Isto requer, então, relações de trabalho democráticas no interior da escola, no qual todos se proponham a contribuir para que o trabalho ali desenvolvido seja de fato um trabalho voltado para a qualidade dos atos educativos propostos e vivenciados pelos educandos e por toda a comunidade escolar e que, com certeza, terão reflexos na sociedade como um todo. Partindo desse contexto, a escolha do tema dessa pesquisa justifica-se pela compreensão da importância do estabelecimento de relações de trabalho democráticas no ambiente escolar para o desenvolvimento de uma educação de qualidade de fato, no qual todos participem ativamente. Assim, selecionou-se como espaço para essa pesquisa a E M Santos Dumont, localizada em Belo Horizonte, a nove quilômetros do centro da cidade em um bairro periférico.

Assim requer ações autônomas e democráticas que sirvam para o redimensionamento dos objetivos propostos para a formação dos futuros cidadãos. Desta forma, evidencia-se a importância do Projeto Político Pedagógico no contexto escolar, pois ele é a diretriz que vai orientar todas as ações a serem desenvolvidas nesse ambiente escolar, direcionando-as para a execução dos objetivos e metas propostos. Assim sendo, pode-se afirmar que o Projeto Político Pedagógico é que dá vida à escola, é ele que a coloca em movimento. É o instrumento orientador do

trabalho a ser desenvolvido na instituição, enfocando as relações de trabalho no interior da escola.

Neste sentido, este trabalho busca refletir sobre as relações de trabalho no ambiente da escola E M Santos Dumont, verificando se estas acontecem, de fato, em um contexto de gestão democrática. Para isto, discuti a relação existente entre relações de trabalho democráticas e construção coletiva do Projeto Político Pedagógico e analisa a importância da participação coletiva na construção do Projeto Político Pedagógico.

O estudo teórico desta pesquisa foi realizado por meio de uma busca de referenciais bibliográficos que atendessem aos objetivos da mesma. Para tanto, realizou-se pesquisa nos livros do curso de graduação Coleção Veredas _ Formação de Professores, no qual a autora desse artigo obteve sua graduação e, também, no material oferecido pelo curso de pós-graduação em gestão escolar, que ficam disponíveis na biblioteca virtual para os estudantes deste curso.

O estudo do Projeto Político Pedagógico da E M Santos Dumont com a participação da educanda autora desta análise, também, serviu como suporte para essa discussão, sendo utilizado como ponto de reflexão e contextualização entre teoria e prática. Para tanto, fez-se uma busca no Google utilizando-se as seguintes palavras-chave: gestão democrática, participação coletiva e Projeto Político Pedagógico. Desenvolveram-se estudos teóricos de bibliografias pertinentes ao assunto. Dentre os autores estudados pode-se destacar Sousa (2003); Veiga (1998); Azevedo (2002); Santos (2002). Adotou-se, então, como metodologia de trabalho o estudo bibliográfico e a contextualização do mesmo com as práticas desenvolvidas no interior da instituição lócus dessa pesquisa.

2. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UMA ESCOLA PÚBLICA: UM DOCUMENTO PARA A CONCRETIZAÇÃO DE RELAÇÕES DE TRABALHO DEMOCRÁTICAS

2.1 A relação existente entre relações de trabalho democráticas e construção coletiva do Projeto Político Pedagógico

O tema democracia tem sido intensamente debatido, nas últimas décadas, nos mais variados espaços da sociedade brasileira, conforme afirma Sousa (2003). Este tema, tem sido discutido por diferentes grupos e instituições sociais, organizações governamentais e não governamentais, de forma diretamente vinculada à cidadania. Esta mobilização de esforços na discussão sobre democracia revela que há, hoje, um desejo de vários segmentos da sociedade de construir uma sociedade democrática. Ainda, de acordo com Sousa (2003), a escola faz parte da sociedade e, portanto, é diretamente influenciada pelas discussões e mudanças que acontecem na sociedade. Sendo assim, a reflexão feita pelos vários segmentos sociais sobre a democracia, tem influenciado na discussão, tanto da gestão democrática da escola, quanto no desenvolvimento das atividades desenvolvidas pelos educadores junto aos seus alunos na sala de aula.

Nesse sentido, assevera-se que a democratização da gestão escolar tem de ocorrer e se consolidar no ambiente das instituições educacionais, visto que é uma necessidade de toda a sociedade brasileira. De acordo com Sousa (2003), “a democracia não se garante por si só e nem por meio de discursos que se vinculam a práticas coerentes eles”. Este autor afirma que “tanto no contexto da sociedade, quanto no interior da escola, para que a democracia aconteça de fato são necessários mecanismos que garantam a construção e a continuidade da mesma” e que dentre esses instrumentos legais pode-se destacar três dispositivos fundamentais que são a Constituição Federal (1988), a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Enfatiza-se que o Projeto Político Pedagógico da escola é outro instrumento que pode garantir a gestão democrática na escola, visto que ele é o documento que

orienta todas as ações a serem desenvolvidas no ambiente escolar. Conforme citado no próprio P.P.P. da escola em discussão “ o Projeto político Pedagógico deve ser visto como um processo de permanente reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. (VEIGA, 1998 apud OLIVEIRA, 2004).

As ideias de Sousa (2003) que tratam sobre a gestão democrática num contexto mais amplo contribuem com essa discussão, destacando-se as seguintes afirmações:

a gestão democrática caracteriza-se por entender que todos devem conhecer os princípios da gestão e interferir nos processos que eles orientam, decidindo os rumos que a escola deverá tomar. Para tanto, pressupõe a participação coletiva nas decisões que visam a assegurar o alcance das grandes metas que a escola deve alcançar para cumprir sua função social e contribuir para a formação e exercício pleno da cidadania (SOUSA, 2003, p. 165).

Nesse sentido, evidencia-se que a questão da gestão democrática ultrapassa os muros da escola, pois seu principal objetivo deve ser a formação dos educadores e educandos para viver em sociedade de forma ativa e transformadora, exercendo a cidadania em sua plenitude. Conforme se evidencia a gestão democrática da escola está vinculada não só a vivência da democracia no ambiente escolar, mas vem também trazer transformação na sociedade como um todo. Em outras palavras isso quer dizer que as ações desenvolvidas dentro da escola tem reflexos em toda a sociedade. Sousa (2003) deixa isso bem claro ao afirmar que a questão democrática da escola possui duas instâncias que precisam ser consideradas, sendo uma interna e outra externa. Para este autor

[...] a dimensão externa diz respeito à função social da escola, ao seu trabalho de sistematização e socialização de um saber historicamente produzido e às demandas que a sociedade e a comunidade local lhe apresentam, na expectativa de que as mesmas sejam atendidas com qualidade social para todos [...] e a dimensão interna, por sua vez, refere-se à organização dos espaços e das atividades escolares, de modo que os vários segmentos da escola possam ter condições iguais de expressar suas opiniões, questionando, analisando, decidindo e participando democraticamente da avaliação do processo de gestão da escola. (SOUSA, 2003, p.163)

As duas dimensões se completam e possuem igual importância, uma não sobrepõe a outra, visto que ambas levam à compreensão de que a gestão democrática tem como função levar a escola a romper com a cultura autoritária que tem predominado na sociedade brasileira e nos sistemas de ensino. E mais ainda: “A construção de uma cultura democrática promove o aprendizado coletivo de princípios de convivência, também democráticos, e contribui para o distanciamento daqueles que estimulam uma convivência marcada pelo autoritarismo”. (SOUZA, 2003, p.166) Contudo, dada a extensa discussão que poderia ser desencadeada no que se refere as duas dimensões do processo de gestão democrática e que o foco dessa pesquisa são as relações de trabalho no contexto da gestão democrática, essa discussão se dará considerando de forma mais detalhada apenas a dimensão interna desse processo.

É relevante destacar que a convivência democrática só pode ocorrer verdadeiramente quando as pessoas participam, opinam, decidem sobre as questões que afetam sua vida individual e a vida do coletivo. Nesse sentido, Pinheiro (2003) afirma que

atuar no sentido de uma proposta de gestão democrática implica a mudança de comportamentos e ações desenvolvidas no interior da escola. Construir uma cultura organizacional diferente dos padrões tradicionalmente vigentes é estabelecer um novo paradigma. [...] A concretização de uma cultura diferenciada, adequada à proposta de gestão Democrática, recoloca atores, autores e cenário em um movimento que dará origem a um novo quadro. A estruturação do quadro desejado depende fundamentalmente de uma construção coletiva, gerada e fortalecida pela equipe desenvolvida no processo-equipe que se constitui de todos os segmentos atuantes no trabalho educativo. (PINHEIRO, 2003, p. 163.)

Tal citação remete ao entendimento de que as relações de trabalho são o alicerce para a construção da gestão democrática na escola. Portanto, elas devem ser coerentes com essa concepção e o Plano Político Pedagógico pode, conforme afirma Azevedo (2002), “ ser um instrumento fundamental para a afetiva construção e instalação da democracia social na escola e fora dela”.

As relações de trabalho em uma gestão democrática devem ser desenvolvidas de tal forma que valores como solidariedade, cooperação, responsabilidade e respeito às diferenças culturais e étnicas sejam visíveis tanto para os que atuam na escola, como para os alunos, professores e sociedade em geral. Desta forma, destaca-se

que se o que se pretende é a construção de uma gestão democrática, os profissionais que atuam na instituição precisam estabelecer relações que sejam realmente democráticas.

Sousa (2003) afirma que

o aparecimento de conflitos quando se pretende relações de trabalho democráticas é muito comum e perfeitamente aceitável". O que não se pode permitir é que esses conflitos se transformem em brigas e dificultem o trabalho a ser desenvolvido na instituição.

Enfatiza-se, ainda, que o referido autor ressalta que

É preciso não perder de vista a ideia de que os conflitos que aparecem no contexto da gestão democrática são importantes uma vez que decorrem das posições assumidas pelos vários grupos no interior da escola e traduzem os diferentes interesses desses mesmos grupos. (SOUSA, 2003, p.169)

Isto quer dizer que os conflitos que se estabelecem no contexto da gestão democrática da escola são muito importantes e que precisam acontecer para que se conquiste realmente ações democráticas no qual todos podem e devem participar expondo seus pontos de vista e opiniões. O que é necessário, no entanto, é que esses conflitos sejam encaminhados com bom senso e diálogo.

A escola para ser democrática de fato precisa estar aberta às mudanças e avançar na luta contra ideias conservadoras e arbitrarias vigentes a muito tempo que impedem a participação de todos de forma igualitária. É preciso criar espaços de discussão no qual a opinião de todos tenha o mesmo peso independente de sexo, idade, condição social e cultural, dentre tantos outros aspectos. Em outras palavras isso quer dizer que "uma escola democrática é construída a partir do encontro e da discussão de ideias, interesses e conflitos expressos pelos vários segmentos da escola" (SOUSA, 2003, p.173)

Para tanto, torna-se necessário que todos os que atuam na instituição estejam dispostos a trabalhar em prol dos interesses do coletivo da escola e não dos seus próprios interesses. É relevante destacar que, conforme afirma Azevedo (2002), "o cotidiano da escola é produto da ação de atores que tem a possibilidade de fazer a ligação entre o geral e o particular, quando necessitam de produzir significados e contar com a adesão dos seus pares." Nesse sentido, reforça-se a importância da

atuação coletiva, baseada em relações de trabalho democráticas, que considere não apenas a dimensão política da educação, mas também a dimensão social; ações essas que considerem as visões do mundo e as motivações de todos os que fazem parte do cotidiano escolar. Assim, enfatiza-se que o Projeto Político Pedagógico, constitui um importante instrumento para o fortalecimento das ações democráticas na escola, visto que este, desde a sua elaboração, se baseia na ação democrática, já que se constrói com a participação coletiva. Desta forma, destacam-se as afirmações de Azevedo (2002).

Para tanto, faz-se necessário contar com a presença de mediadores na escola, comprometidos com um projeto de educação e sociedade emancipatórias, bem como o acionamento de mecanismos que considerem que a gestão democrática e a implementação do Projeto Político Pedagógico (faces de uma mesma moeda) não podem ter por parâmetro uma lógica institucional apenas baseada na racionalidade, desconhecendo que as dimensões subjetivas, a cultura e o desejo de mudar constituem também, forças impulsionadoras no sentido que a escola pública brasileira realize as funções dela esperadas.(AZEVEDO, 2002)

Neste sentido, também, Silva e Santos (2002) afirmam que conforme se evidencia o trabalho desenvolvido nas instituições escolares, estes extrapolam este ambiente atingindo a sociedade como um todo. Assim, destacam que

a escola, como lócus da educação, precisa se fazer democrática para que a sociedade seja, de fato democrática. Essa instituição ao mesmo tempo que estabelece e legitima certas formas de conduta, tipos de saber, hábitos e valores sociais, oferece espaços para mudanças. (SILVA; SANTOS, 2002, p.163).

Sendo assim, as instituições educacionais contribuem de forma incontestável para a construção da sociedade que será um reflexo da educação desenvolvida em seu interior. A educação apresenta-se, frente a este contexto, como uma das maiores possibilidades de transformação social.

2.2 As relações de trabalho da escola E M Santos Dumont: um processo de construção da democracia

A E M Santos Dumont compactuando com as ideias apresentadas no contexto dessa discussão busca desenvolver um trabalho voltado para a cidadania e construção da democracia dentro e fora da escola, já que compreende que as suas

ações interferem diretamente na sociedade. Para tanto, busca-se, na escola, a integração social e a valorização dos saberes do educando, incentivando e valorizando o resgate de sua cultura e o conhecimento formal. Por meio dos objetivos pedagógicos espera-se, que o processo da construção do conhecimento e a convivência entre o educando e o educador ocorra de forma transparente e democrática. O professor é um mediador na construção do conhecimento do aluno, e tem como objetivo, entre outros, criar situações que provoquem o desafio intelectual e promova a aprendizagem do educando.

Acredita-se que a escola exerce com autonomia, a sua função social, buscando sempre se atualizar e atuar de forma criativa e reflexiva na educação, oportunizando aos alunos uma dinâmica que estimule a reflexão crítica e a determinação das normas de convivência. O respeito no ambiente escolar é incentivado constantemente entre todos os membros da equipe, valorizando desta forma a convivência coletiva, o profissionalismo e a prática pedagógica num constante processo de ação/reflexão das práticas adotadas. De acordo com as concepções da escola, fundamentadas por Paschoalino (2009) , destaca-se que

[...] problematizar a necessidade de um trabalho conjunto, que envolva a intersectoriedade das secretarias municipais, para repensar sobre a temática num âmbito maior, com vistas a minimizar o mal-estar docente e buscar ações que concorram para o bem-estar do professor. (PASCHOALINO, 2009, P.133)

A E M Santos Dumont constitui um dos poucos espaços de formação social e de vivência cultural a que a comunidade local tem acesso. Diante dessa realidade valoriza-se a necessidade do trabalho com os pais, em reuniões, assembleias avaliativas, festividades e momentos individualizados, visto que a escola pública tem um papel social que vai além dos muros da escola, pois nela desponta todos os entraves da comunidade e o resultado da globalização. Sendo assim, torna-se necessário que o professor e a equipe pedagógica instalem canais de comunicação entre eles e os alunos, para viabilizar o processo de formação dos educandos. Normas disciplinares dos discentes são estabelecidas em assembleia geral com os alunos de tal forma a serem seguidas por todos. O não cumprimento das normas disciplinares estabelecidas é avaliado pelos alunos, professores, equipe pedagógica,

pais; e em casos mais graves entra em ação a atuação dos conselhos escolares e órgãos do ministério público, quando necessário.

A direção, equipe pedagógica, equipe administrativa, professores e demais funcionários da Escola Municipal Santos Dumont possuem atribuições e funções específicas para cada segmento, bem como seus planos de ações e projetos para o bom funcionamento da escola e alcance dos objetivos educacionais, principalmente a efetiva aprendizagem dos alunos. A direção administrativa se encarrega de toda organização operacional no planejamento de reuniões, acompanhamento da escrita da escola, acompanhamento do Programa Merenda Escolar, articulação com os conselhos, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar e ainda está inteiramente ligada aos processos pedagógicos.

A administração pedagógica está sob a coordenação do Diretor Pedagógico que, juntamente com o serviço de supervisão fazem intercâmbio entre os dois turnos. Esse grupo é também responsável pela coordenação, implantação e implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis-MG, além da manutenção de uma relação harmoniosa em consonância com os projetos internos da escola, garantindo assim, uma educação em rede.

A formação continuada é vista como uma necessidade e direito de todos os profissionais da escola, sendo apoiada a participação nos cursos ofertados pelo centro de referência dos profissionais da educação e demais espaços de formação da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis –MG, entre outros. Além disso, são constantes, na própria escola a oferta de cursos, a organização do planejamento coletivo e os encontros por área.

Acredita-se que a escola não é, hoje, um espaço educacional isolado. Necessita-se buscar integração e parcerias. Visando a integração escola e comunidade, os primeiros parceiros são os pais e/ou os responsáveis pelos alunos. Assim sendo, conta-se com a presença destes nas assembleias avaliativas, no acompanhamento diário do desempenho dos filhos, nas apresentações artísticas nos eventos da escola, nas solicitações individuais e outros.

Diante de toda essa reflexão pode-se evidenciar que a Escola Municipal Santos Dumont desenvolve sua prática educativa num contexto de gestão democrática, visando o oferecimento de uma educação de qualidade para todos e uma prática pautada em relações de trabalho cooperativa, solidária e respeito mútuo.

Em se tratando mais especificamente das relações de trabalho desenvolvidas no interior da E M Santos Dumont pode-se dizer que estas são concernentes com as novas exigências educacionais que defendem a participação de todos os envolvidos na educação para a garantia do oferecimento de uma educação de qualidade para todos. Nesse sentido, a instituição busca exercer sua autonomia contando com relações fortalecidas pela vivência de uma gestão democrática, na qual as relações de trabalho privilegiam o bom senso, o diálogo e a participação coletiva. Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico da referida escola assevera que

a autonomia e a gestão democrática da escola fazem parte da própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, uma exigência de seu Projeto Político Pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem parte da responsabilidade pelo projeto da escola (GADOTTI, 1994)

Indícios apontam que a E M Santos Dumont, lócus dessa análise, tomando como referência essa concepção procura desenvolver relações de trabalho condizentes com este parâmetro.

O gestor da escola consciente de sua função de orientador do trabalho desenvolvido na instituição, busca exercer uma liderança consentida, no qual é um líder democrático, aberto às opiniões e sugestões dos demais profissionais da instituição, valorizando todas elas independente do segmento do qual elas provém. Para tanto, ele promove a análise crítica e reflexiva juntamente com os demais segmentos para verificar a viabilidade das ideias propostas. Vivenciando isso os demais profissionais sentem-se à vontade para opinar, concordando ou discordando se necessário for das ideias que são propostas pelo gestor.

Nesse sentido, evidencia-se que as relações de trabalho no ambiente da E M Santos Dumont são saudáveis e democráticas, o que com certeza contribui para um trabalho consistente e voltado para a qualidade do ensino. Sabendo que, conforme já foi dito, as ações desenvolvidas na escola refletem na sociedade como um todo, pode-se afirmar que os educandos vivenciando e observando ações democráticas no ambiente escolar no qual estão inseridos, levarão isso para os seus contextos de vida fora da escola, contribuindo assim, para a transformação social que, hoje, busca a vivência da democracia no seu sentido mais amplo.

Em síntese, diante de todo o estudo realizado pode-se concluir que a E M Santos Dumont, com o trabalho que desenvolve e as relações de trabalho em seu interior, exerce sua função social como instituição atuante e capaz de contribuir para uma vida melhor em sociedade, na qual estejam presentes o respeito mútuo, a solidariedade e a valorização do trabalho de todos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando como referência os estudos realizados a democracia se aprende na escola, pois a escola, como instituição social, é um lugar privilegiado para o desenvolvimento de uma prática cidadã, visto que se trabalha nesse ambiente, com conteúdos, valores e atitudes. Dessa forma, o trabalho desenvolvido na escola, pode e deve estar articulado, juntamente com outras instituições sociais, à concepção de democracia, num contexto social e político, no qual a participação coletiva seja considerada como instrumento de garantia da democracia.

O estudo do referencial teórico e o aprendizado adquirido com a elaboração do Projeto Político Pedagógico da E M Santos Dumont pode-se concluir que o trabalho coletivo é uma das condições da garantia de uma gestão mais democrática, na qual o papel de cada um dos atores que participam desse processo possui igual importância. Essa afirmação remete, então, ao entendimento de que o trabalho coletivo e a participação ativa são os principais meios de garantir o exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia.

Assim, conforme afirmam Silva e Santos (2002), esse exercício deve permear todas as ações desenvolvidas pelos cidadãos no conjunto das instituições sociais, principalmente nas instituições escolares, que constituem, em primeira instância, em locus educativos, capazes de promover a transformação social. Compreendendo a importância da democracia para o convívio social, hoje, é interessante que a escola crie oportunidades para os alunos vivenciarem práticas democráticas motivando a participação mais ampla dos alunos além dos muros escolares, pois todo cidadão tem o direito e o dever de participação na vida do seu país..

Para tanto, torna-se necessário que as relações de trabalho desenvolvidas na instituição sejam realmente democráticas na prática, para que os educandos tenham confirmação de que a democracia pode se efetivar de fato. Não se pode ensinar democracia na escola, se a escola na prática não é democrática. Isto significa que

não basta apenas a intensão e o desejo de desenvolver um projeto de gestão democrática na escola. É preciso a participação de todos na construção de instrumentos que deem sustentabilidade e garantam práticas democráticas. O Projeto Político Pedagógico, conforme discutido no decorrer de toda essa pesquisa, constitui-se em um documento referencial para a escola, um condutor de ações e atitudes. Contudo, para que isto aconteça o Projeto Político Pedagógico da escola não pode ser apenas um documento inerte e sem vida, feito para cumprir uma exigência e que ficará engavetado ou será enviado para os órgãos superiores e depois esquecido nos arquivos da escola.

Tendo esse entendimento, a E M Santos Dumont, busca desenvolver as suas atividades educativas pautadas nas orientações propostas no seu Projeto Político Pedagógico, visto que este contém princípios estabelecidos conjuntamente e assumidos como compromisso coletivo. Agindo dessa forma a instituição fortalece as relações de trabalho no seu interior, permitindo que o PPP se constitua em um instrumento que oferece referências para a prática e para uma nova cultura institucional, ou seja, uma cultura realmente democrática, na qual as relações de trabalho estão baseadas em atitudes de solidariedade e de participação coletiva.

4. REFERÊNCIAS

SOUSA, José Vieira de. Gestão democrática. Um caminho para a construção da autonomia da escola. In: **Veredas – Formação Superior de Professores**, módulo 4, volume 1 / SEE-MG, 2003, p 155-180

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas em torno do Projeto Político Pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. RESENDE, Lúcia G. de (orgs). **Escola: espaço do Projeto Político Pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

AZEVEDO, Sanete Maria Lins de. **O projeto Político pedagógico no contexto da gestão escolar**, 2002.

PERES, Eliane Terezinha. Caracterização da escola. In: **Veredas – Formação superior de professores**, módulo 4, vol. 1, SEE. MG,2003.

GADOTTI, Moacir. **Pressupostos do Projeto Pedagógico**. Cadernos Educação Básica, o Projeto Pedagógico na escola. Atualidades,1994.

5. ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA E.M. SANTOS DUMONT**

**HELMA LUZIA DE MENEZES MOURA
JULIANE RIBEIRO SILVA CAMARGOS
MARIA INÊZ RODRIGUES MARTINS SANTOS
ROSIMEIRY FERREIRA DE LIMA RESENDE**

**BELO HORIZONTE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FaE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA E.M. SANTOS DUMONT**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação do Professor Anderson Ribeiro do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	9
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	9
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	12
3. CURRÍCULO	15
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	17
5. PROCESSOS DE DECISÃO	21
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	24
7. AVALIAÇÃO	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
ANEXOS	34

INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Santos Dumont está localizada no município de Divinópolis-MG. Atende aproximadamente 440 alunos do Ensino Fundamental, sendo 240 nos anos iniciais e 200 alunos nos anos finais, contando com 44 profissionais (diretor administrativo, diretor pedagógico, vice diretor, supervisores, secretária, auxiliar de secretaria, 28 professores, técnico de informática, auxiliar de biblioteca, serventes, auxiliares de serviço II e porteiro). A Escola Municipal Santos Dumont oferece o Ensino Fundamental com duração de nove anos, estruturando-se em cinco anos iniciais e quatro anos finais.

A Escola Municipal Santos Dumont, está localizada a nove quilômetros do centro da cidade, em um bairro periférico, com infra-estrutura deficiente, onde o asfalto e rede de esgoto agora que estão sendo implantados no bairro, de classe econômica de baixa renda. A escola atende além dos alunos que moram no bairro, alunos dos bairros vizinhos. A maior parte da população desses bairros é formada por pais que saem cedo para trabalhar, assim nossos alunos ficam sozinhos em casa, o que acarreta a ausência dos pais na vida escolar dos filhos.

A Escola Municipal Santos Dumont é uma instituição que busca compartilhar com a família e a sociedade preocupações de ordem ética, ambiental, social e afetiva procurando garantir que seu espaço propicie às crianças e adolescentes a experiência de socialização, de solidariedade, de criatividade e do conhecimento. Assim sendo, esta escola passa a ser nesta região elemento fundamental no processo de formação humana global, fazendo-se necessária a eficácia deste Projeto Político Pedagógico como prática construtiva e renovadora.

Veiga (1996; 1998) nos faz perceber que “o Projeto Político Pedagógico deve ser visto como um processo permanente de reflexão e de discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola”. No Projeto Político Pedagógico todas as

ações são avaliadas e discutidas, as responsabilidades são de todos, pois a construção é coletiva, a comunidade escolar pensa, discute, planeja, constrói e executa coletivamente. A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção. “Não existe na construção do Projeto Político Pedagógico da escola um ponto final senão pontos de partida sempre renovados, ritualizados e ampliados em sintonia com o mundo vivido numa incessante busca de significados novos para viver”. (BARCELOS, 1992, s.d.)

2. FINALIDADES DA ESCOLA

Visto que a sociedade encontra-se em constantes mudanças, torna-se necessário preparar o educando integralmente, a fim de propiciar-lhe condições de construir o conhecimento e o aprendizado sistematizado, visando à formação do cidadão pleno e capaz de decidir, intervir e transformar sua realidade. Segundo Azevedo:

[...] é preciso considerar que, na condição de uma instituição social, cada escola desenvolve ritos e práticas exercidos pelos atores que, no seu interior, ou mesmo no seu entorno, desempenham papéis e funções distintos: grupo de gestores, professores, aluno, funcionários, pais, comunidade. (AZEVEDO, 2005, p. 18)

O papel da Educação atualmente, na era da informação não é uma tarefa fácil, pois o conhecimento está em diversos lugares, não somente na escola onde sempre esteve. A busca por um ensino de qualidade, que estimule e desafie o aluno, a se confrontar com o meio ao qual está inserido é um grande desafio que se está enfrentando nos dias atuais e requer muita habilidade dos educadores de maneira geral, com o objetivo de proporcionar nos alunos um sujeito crítico, capaz de criar situações em que aprendam igualmente, cada um de acordo com seu talento e com seu potencial. Segundo Morin:

[...] O objetivo da educação não é transmitir conhecimentos sempre mais numerosos ao aluno, mas o de criar um estado interior e profundo, uma espécie de polaridade de espírito que o oriente em seu sentido definido [...] MORIN, 2003, p. 47)

A escola contemporânea, assim como a sociedade em geral, vive uma crise de paradigmas, onde as certezas que embasavam sua diretriz encontram-se em colapso e um novo paradigma ainda não se instalou. A educação busca como subsidio uma instituição democrática, participativa que prima pelo diálogo e pela mobilização das pessoas nos princípios de convivência democrática. A autonomia da escola é construída coletivamente sem perder de vista as diretrizes estabelecidas pelos sistemas de ensino em busca da construção da identidade da escola. Nesse contexto, portanto, a escola procura dar respostas adequadas às expectativas que a sociedade espera dela.

A missão dessa escola está pautada no compromisso contínuo com a educação e a cultura. Dessa forma, busca-se preparar os alunos para participarem ativamente do processo ensino-aprendizagem desenvolvendo-os criticamente em seus aspectos éticos, políticos e estéticos. Nesse sentido espera-se que sejam capazes de atuarem de forma efetiva como cidadãos conscientes na sociedade da qual fazem parte.

A Escola Municipal Santos Dumont, buscando implementar uma postura libertadora, é uma instituição que busca compartilhar com as famílias e a sociedade preocupações de ordem ética ambiental, social e efetiva procurando garantir que seu espaço, propicie às crianças e adolescentes a experiência de socialização, de solidariedade, de criatividade e do conhecimento. Assim sendo, esta escola passa a ser nesta região elemento fundamental no processo de formação humana global, fazendo-se necessária a eficácia desta na prática construtiva e renovadora e tendo como princípio o diálogo e a reflexão das práticas do cotidiano “Isto significa dizer que a democracia não se limita à sua dimensão política, pois envolve a articulação direta desta com as práticas de participação social” (AZEVEDO, 2005, p.22).

A escola enquanto instituição democrática busca atender sua comunidade tendo como princípio básico o cumprimento das Diretrizes Básicas de Educação, buscando subsídio nos debates que orientam seus profissionais e documentos como seu Projeto Político Pedagógico, cujo objetivo é o de sempre buscar suporte para oferecer uma educação de qualidade. A proposta pedagógica deve estar em constante renovação, em processo para manter o fim a que se propõe, sendo renovada a todo o momento em que a equipe achar necessário para atender as demandas, não perdendo o foco das diretrizes que a orientam.

O educador não é mais o detentor do conhecimento, mais sim o sujeito que estimula o aluno a pensar, a buscar o conhecimento, valorizando os saberes do educando e correlacionando os seus saberes com o conhecimento formal. A Lei Diretrizes de Bases (BRASIL, LDB 9394, 1996) em seu artigo 22 aponta,

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.” (BRASIL, LDB 9394,1996)

Portanto a teoria Construtivista atende a legislação vigente, em que conhecimento não aquele constituído e repassado aos alunos de forma autoritária, mas é construído conjuntamente no espaço escolar, onde é realizado um trabalho buscando resgatar a participação dos pais juntamente com integrantes da comunidade escolar: professores, técnicos e demais servidores e alunos, baseada numa atuação pedagógica consistente e participativa.

A escola exerce um papel social que estimula o indivíduo a repensar sobre sua posição na sociedade e provocar neste a busca do conhecimento e formação para adequar-se as demandas da sociedade globalizada. Neste sentido, é realizado um trabalho que busque superar as dificuldades encontradas para se garantir um ambiente de aprendizagem que possa atender a todos os alunos, com a participação dos integrantes da comunidade escolar. Através da construção desta proposta busca-se desenvolver uma identidade própria, baseada numa atuação pedagógica consistente e participativa

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A escola se constitui por uma organização estruturada nos âmbitos administrativos e pedagógicos. A estrutura administrativa considera os elementos materiais, financeiros e da infraestrutura básica de apoio à ação pedagógica. A estrutura pedagógica articula e organiza as funções educativas a fim de que a escola atinja suas principais finalidades. Os funcionários que atuam na escola são concursados, sendo estatutários ou contratados pelo processo seletivo do município.

Para administrar os 440 alunos a escola conta com uma equipe gestora composta pelo diretor escolar a diretora pedagógica e a vice diretora, com funções específicas que se complementam num trabalho conjunto. Fazem parte dessa equipe os supervisores, os professores, a secretária, auxiliar de secretaria, auxiliar de biblioteca, serventes, auxiliares de serviço e porteiros. Essa equipe é fundamental para que o trabalho desenvolva com qualidade e da melhor forma, é como se todos fizessem parte de uma orquestra e é preciso que todos estejam afinados, o bom relacionamento e o respeito são muito importantes nessa interação.

A função de todos é zelar por um espaço onde aconteça a interação dos serviços primando por uma educação de qualidade. Segundo Jamil Cury "a gestão do projeto político pedagógico é tarefa coletiva [...] liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de um outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade".(CURY, 2002,p.11)

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A estrutura organizacional administrativa é composta pela equipe de diretores escolar e pedagógico e vice diretor. O diretor escolar é responsável pela área de recursos humanos, secretaria, registros, área financeira, transporte, livros, conselho escolar, acompanhamento do Bolsa família, dos espaços físicos, merenda bem como pelo andamento geral da escola. Acompanhar junto ao diretor pedagógico as

questões pedagógicas, coordenar as reuniões para buscarem juntos alternativas para soluções de problemas.

O diretor pedagógico é responsável pela organização do trabalho pedagógico, direção essa dividida em dois níveis: nos resultados dos aproveitamentos escolares dos alunos na escola, avaliações como um todo, interfaces, planejamentos e no acompanhamento da sala de aula, incluindo as ações do professor na dinâmica com seus alunos. As atividades trabalhadas, os resultados alcançados e o PDI (Plano de desenvolvimento individual) do aluno. O vice diretor que tem a função de auxiliar o diretor escolar e o diretor pedagógico, bem como substituí-lo na ausência. Cabe à gestão agir de forma conjunta, completando os serviços. Agir de forma democrática. Garantindo a observância da LDB 9394/96, bem como os parâmetros curriculares estabelecidos. Compete ainda ao vice diretor acompanhar o setor de merenda escolar, o cardápio e buscar os alimentos perecíveis.

Compondo com a equipe gestora estão os funcionários da secretaria, biblioteca, laboratório de informática, auxiliares de serviço e serventes, bem como o conselho escolar. A direção pedagógica compõe com os supervisores e professores e alunos. Faz parte da administração a secretária escolar e a técnica de secretaria responsável pelos serviços da secretaria: livros de registros, diários, arquivos, organização dos documentos, bem como a emissão dos mesmos, folhas de frequência e todos os que se fizerem necessários. Na secretaria ainda trabalham duas professoras de laudo médico, divididas por turno responsáveis pelo atendimento ao telefone, público e pelo xerox. As auxiliares de serviço são responsáveis pela limpeza dos espaços físicos e são responsáveis pelo almoxarifado da limpeza. As serventes fazem e servem a merenda escolar e são responsáveis pela organização do almoxarifado da merenda.

O Conselho Escolar como órgão interno regulador é muito importante na garantia da qualidade. O Conselho Escolar composto por representantes dos vários segmentos de funcionários, de pais, membros da comunidade e de alunos compõe e garante uma gestão democrática, lembrando Jamil Cury, “vários sujeitos são chamados a trazer sua contribuição”(Jamil Cury, 2002 p.7). Para garantir a democratização dos

recursos financeiros os membros do Caixa Escolar são fundamentais. Os membros do Caixa Escolar são representantes dos funcionários e pessoas da comunidade que se reúnem todas as vezes que entram os recursos financeiros do PDDE (Programa de Dinheiro Direto na escola) e verbas do convênio com o município para definir os investimentos e no final das compras para realizar a prestação de contas. A participação dos membros do Caixa escolar é fundamental para garantir a democracia, a definição conjunta dos recursos públicos, bem como o controle social.

Os recursos financeiros da escola são provenientes do convênio do Caixa Escolar com o município e do Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Os recursos do caixa escolar são divididos em parcelas e para compra de material de custeio. O PDDE é uma única parcela e de acordo com a necessidade apresentada no ano anterior é dividido em porcentagem com gasto de custeio e capital. Os membros do Caixa Escolar, representantes de funcionários e pais de alunos participam da decisão dos gastos e assinam o parecer sobre o uso da verba. Todas as prestações de conta são entregues ao setor de contabilidade do município. Na escola são levantadas junto ao administrativo e pedagógico todas as necessidades da escola e a partir do envolvimento de todos levantamos as prioridades de compra. Sendo o objetivo maior o desenvolvimento da educação de qualidade, o melhor atendimento aos alunos.

O espaço físico da E. M. Santos Dumont possui, no andar superior, onze salas de aula, sala da supervisão, sala dos professores e almoxarifado. No térreo funcionam a cozinha, o refeitório, a secretaria, o laboratório de informática, laboratório de ciências, amplos banheiros masculino e feminino, banheiros para funcionários, biblioteca, auditório e sala da direção. Conta ainda com um ginásio poliesportivo. Todos esses espaços são utilizados para favorecer as atividades que visam o amplo desenvolvimento dos alunos.

A construção do prédio facilita, em grande parte, o desenvolvimento das atividades. Porém o material com que foi construído, blocos pré fabricados dificulta na acústica. Os sons produzidos no andar superior, são reproduzidos no térreo. As janelas são frágeis. As salas são amplas, porém necessitam de iluminação artificial. Todos os

espaços são utilizados para favorecer os trabalhos e sendo preservado o uso pedagógico. A quadra é coberta e fica a uma distância que não atrapalha as aulas nas salas.

A escola é bem equipada. Possui carteiras e armários nas salas, todos os espaços são mobiliados de acordo com a necessidade. Os equipamentos do laboratório são de qualidade. Para os eventos foram adquiridos equipamentos como caixas de som, microfone e outros. A E.M. Santos Dumont recebeu do MEC aparelho multimídia, laboratório de informática do Programa Nacional de Informática de Tecnologia Educacional (PROINFO). Tem uma televisão móvel para uso em sala. A biblioteca é ampla e tem mobiliário próprio.

Cada equipamento recebido ou comprado é muito importante dentro da estrutura administrativa da escola. A preservação e o bom uso são incentivados uma vez que é de todos e para todos. Para compra de novos equipamentos é feito o levantamento das necessidades e prioriza-se o pedagógico. Alguns espaços e equipamentos na escola são de uso coletivo como a biblioteca, auditório, quadra, laboratório de informática e ciências, televisão e aparelho multimídia. Para uso desses locais e equipamentos é necessário planejamento e agendamento. Para a biblioteca, laboratório de informática e quadra o horário das aulas deverá ser respeitado.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

Dentro da perspectiva democrática a estrutura organizacional pedagógica é fundamental para o desenvolvimento da educação de qualidade. Segundo Jamil Cury “o solo do ato pedagógico é o espaço do ensino aprendizagem, é o ambiente institucional da unidade” (Jamil Cury 2002 p.10). Nesse sentido propiciamos uma organização escolar que possibilite as interações, o estabelecimento de normas, o planejamento, o respeito, as parcerias, situações que favoreçam o processo de ensino–aprendizagem.

A E M. Santos Dumont atende os alunos dos anos iniciais 1º ao 5º ano no turno vespertino de 13 h às 17:30 h. Atende os anos finais do 6º ao 9º ano no turno matutino de 7h às 11:30 h. O número de educandos e educadores varia de acordo com o ano. Em 2013 são 440 alunos, 240 no vespertino e 200 no matutino. Quando os alunos necessitam de apoio pedagógico são encaminhados para o CEAE (Centro Especializado de Apoio Educacional) do município.

Os professores do turno matutino são divididos em grupos de trabalho. Cada grupo trabalha com 3 ou 2 turmas, variando com o número de turma do ano. O grupo é composto por área: Língua Portuguesa/Arte, Matemática, Ciências e Geo/História. Outro grupo é composto pelo professor de Inglês, Educação Religiosa/Filosofia e Educação Física. O dia que os alunos tem aulas com esse último grupo, o outro grupo planeja. Ou seja, todos os grupos tem planejamento conjunto. O planejamento possibilita a interação entre os professores, a interdisciplinaridade, um olhar mais atento sobre cada aluno. A diretora pedagógica e a supervisora acompanham o planejamento e fazem a interface dos grupos. No horário de planejamento também são atendidos os responsáveis pelo aluno ou o próprio aluno, quando necessário.

Os professores do turno vespertino trabalham com monodocência. Formam a equipe dos 1ºs anos, dos 2ºs, 3ºs, 4ºs, e 5ºs anos. Quando uma equipe está planejando os alunos têm aula de Educação Religiosa/ Filosofia e Educação Física. Todos os grupos tem horário de planejamento acompanhado pela diretora pedagógica e supervisora. Nesse horário são atendidos, quando necessário, responsáveis por alunos ou os próprios alunos.

A Escola Municipal Santos Dumont planeja sua ação didático-pedagógica através do planejamento conjunto nos dias escolares. Utilizamos a pedagogia de projetos. Existem projetos que permeiam a escola por todo o ano. São projetos maiores que pertencem ao município. Outros projetos são específicos de interesses dos grupos e a partir de temas geradores. O importante é que estejam todos interligados e que sejam socializados com a escola. Esses temas e atividades dos projetos são socializados durante o Jornal falado. O Jornal falado é uma atividade mensal, cada turma fica responsável uma vez por ano de recolher as notícias do mês, o que

aconteceu de importante na escola, na cidade, no mundo, prepara ainda algum número cultural para apresentar para as outras turmas. São convidados nesse dia para participar do jornal os pais dos alunos da turma responsável. Nesse sentido, durante o ano todo garante-se a socialização dos assuntos trabalhados pela escola.

Durante os planejamentos semanais, a orientação pedagógica é fundamental para garantir o cumprimento das metas legais previstas na lei de diretrizes e bases LDB 9394/96 e demais parâmetros que norteiam a educação. É preciso garantir o cumprimento das leis nacionais, estaduais e os decretos municipais. A Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis, MG - SEMED, através da equipe da Gerência Educacional, acompanha todo o processo pedagógico da escola, através de reuniões periódicas.

A escola conta com os serviços de apoio pedagógico do município, o Centro de Atendimento Educacional Especializado - CEAE. Os alunos com baixo desempenho e com dificuldade de aprendizagem são encaminhados para atendimento no CEAE. Para sanar as dificuldades detectadas nos testes de diagnóstico os professores combinam fazer a mobilidade, ou seja, com a ajuda da professora eventual, dividem a turma por grau de dificuldade e fazem um trabalho direcionado. No dia a dia são planejadas atividades de acordo a sanar as dificuldades apresentadas. O olhar circunspecto do professor e da equipe pedagógica busca todas as formas de atenção aos alunos.

A equipe de professores e funcionários da escola, é incentivada a estar em constante formação. Segundo Jamil Cury (2002 p.10) “a escola ganhará em riqueza e diversidade pela consideração e pelo envolvimento da subjetividade dos profissionais no processo consciente de propiciar o melhor para todos”. Com todo o esforço da organização pedagógica e administrativa a escola espera colher os melhores frutos. Ou seja, alunos que além de ler fluentemente, interpretem, produzam bons textos com coerência, coesão e lógica, com raciocínio lógico matemático, sejam críticos, conscientes e autônomos na busca do conhecimento que é a vida toda. A formação da cidadania responsável é também muito importante.

A realidade organizacional da E. M. Santos Dumont está muito próxima do ideal apontado por vários autores. Os professores tem (horário de planejamento, trabalho de equipe, acompanhamento pedagógico. A forma como é organizado os horários facilita o trabalho interativo e até mesmo a formação continuada. O conhecimento escolar é constituído a partir das questões que são do interesse social e da sua reflexão, tendo como referência o conhecimento cultural e científico acumulado.

3. CURRÍCULO

Na E .M. Santos Dumont o currículo (ANEXO B) tem por objetivo expressar a construção social do conhecimento e propor uma sistematização de meios para que essa construção se efetive. Busca-se, pois, despertar na comunidade escolar o senso crítico, a partir de suas experiências vivenciadas na construção da aprendizagem. O currículo proposto pela E M. Santos Dumont, privilegia o desenvolvimento de competências e habilidades, numa visão humanística, considerando que o indivíduo deve desenvolver seu potencial para enfrentar os desafios do mundo em transformação, entendendo-o e relacionando-se ativamente com o mesmo. Essa concepção se fundamenta no resgate do pensar filosófico, valoriza a interdisciplinaridade e a contextualização na organização do trabalho pedagógico e concebe o conhecimento como algo construído em estreita relação com os contextos em que são utilizados.

Podendo ser enriquecido pela heterogeneidade do próprio contexto social e pela diversidade dos sujeitos que o processam, o conhecimento precisa, constantemente, ser resignificado. Para alcançar seu objetivo, o currículo deve refletir acerca da concepção de educando e da sociedade que se quer construir, pensando na forma de organização do trabalho na escola, a postura dos educadores, a organização dos conteúdos e a metodologia do trabalho. Concorda-se com essa linha de pensamento no interior da E. M. Santos Dumont. Nesse sentido, o conhecimento escolar é visto em sua dinamicidade e não como uma mera simplificação do conhecimento científico.

Respeitando a base legal que orienta e regulamenta a organização curricular, lei das Diretrizes e Bases da Educação LDB 9394/96 e os Parâmetros Curriculares Nacionais e considerando a bagagem sociocultural dos educandos, na elaboração do currículo do Ensino Fundamental da E.M. Santos Dumont, são norteadores das ações pedagógicas: Os princípios éticos da responsabilidade, da solidariedade, da liberdade e do respeito ao bem comum; os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os princípios culturais da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de

manifestações artísticas. No Ciclo da Alfabetização o aluno vivencia a construção do conhecimento, é estimulado à leitura, à construção do número e da escrita. No Ciclo Complementar, é intensificada a correção, a sistematização e o processo de formalização, bem como nos anos finais do Ensino Fundamental.

Segundo Alice Lopes (2006 p.37) “na medida em que toda política de currículo é uma política cultural” o currículo da E. M. Santos Dumont, não é neutro. Através da pedagogia de projetos, são trabalhados os conteúdos necessários à vivência do aluno, bem como os temas transversais , buscando a contextualização do conhecimento, fazendo uma inter-relação entre os conteúdos, projetos e realidade dos educandos. Assim a Escola preza pela integração entre o social, a vivência, o resgate dos valores e o conhecimento formal. “A política Curricular é, assim uma produção de múltiplos contextos sempre produzindo novos sentidos e significados”. (LOPES,2006. p. 39)

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O Projeto Político Pedagógico, que tem compromisso com a educação de qualidade para todos, exige que a escola redimensione a organização de seu tempo e espaço. Esta reorganização deverá levar em conta a necessária flexibilidade para se ajustar à concepção formadora de seres humanos de maneira, democrática e inclusiva. Este tipo de organização favorece o acompanhamento das diferenças individuais dos alunos, o trabalho coletivo do professor, a execução do currículo interdisciplinar e o processo de avaliação.

A educação escolar municipal de Divinópolis é organizada pelo Decreto Municipal Nº 10.965 que dispõe sobre as diretrizes gerais da organização e funcionamento da educação básica nas unidades escolares onde o Ensino Fundamental a duração é de nove anos e abrange a população na faixa etária dos seis aos quatorze anos de idade e se estende também a todos os, que, na idade própria, não tiveram condições de frequentá-lo.

O ensino fundamental será organizado em anos de escolaridade, do primeiro ao nono ano, considerando os ciclos de formação humana: Primeiro Ciclo: 1º ao 3º Ano; Segundo Ciclo: 4º e 5º Ano; Terceiro Ciclo: 6º ao 9º Ano.

[...] A criança avança em seu percurso escolar em razão de ter se apropriado, pela ação da escola, de novas formas de pensar, sentir e agir. [...] permanece na unidade escolar, independentemente de progressos terem sido alcançados. (SÃO PAULO/SP, 1988d, p.2-3) (Idem, p.81)

O espaço escolar é entendido como um local em interface com a realidade da escola e regido por princípios democráticos.

A escola deve ser um espaço de divulgação do que é produzido pela comunidade escolar: Este espaço democrático, criativo, de organização do pensamento, de debates e luta, constitui-se num instrumento de formação da cidadania. (PORTO ALEGRE/RS, 1995, p.34).

Ao propor a organização do Ensino Fundamental em ciclos com atividades formais e informais, tem-se em mente, entre outros pressupostos, o respeito ao tempo e às necessidades individuais do aluno, entendido como sujeito da sua própria aprendizagem, como também, a necessidade de atender a anseios e ritmos diferenciados, as suas características a seu modo de relacionar com os outros e com o mundo à sua volta, respeitando-os. De acordo com a LDB 93/94 e Orientações para a elaboração do calendário escolar da Secretaria Municipal de Educação são duzentos dias letivos e nove dias escolares respeitando a carga horária exigida por lei de 833h 20m.

O calendário escolar (anexo B) é feito coletivamente respeitando as datas pré-estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis-MG. Há uma Comissão de Acompanhamento do Calendário Escolar composta por funcionários, alunos maiores de dezesseis anos, representantes de pais e o diretor da escola. Essa comissão tem por objetivo assegurar o cumprimento do mesmo e acompanhar toda modificação que por ventura vier ocorrer durante o ano, depois de homologado pela Secretaria Municipal de Educação.

Os professores do turno matutino são divididos em grupos de trabalho. Cada grupo trabalha com 3 ou 2 turmas, variando com o número de turma do ano. O grupo é composto por área: Língua Portuguesa/Arte, Matemática, Ciências e Geo/História. Outro grupo é composto pelo professor de Inglês, Educação Religiosa/Filosofia e Educação Física. O dia que os alunos tem aulas com esse último grupo, o outro grupo planeja. Ou seja, todos os grupos tem planejamento conjunto. O planejamento possibilita a interação entre os professores, a interdisciplinaridade, um olhar mais atento sobre cada aluno.

Os professores do turno vespertino trabalham com monodocência. Formam a equipe dos 1ºs anos, dos 2ºs, 3ºs, 4ºs, e 5ºs anos. Quando uma equipe está planejando os alunos têm aula de Educação Religiosa/ Filosofia e Educação Física. Todos os grupos tem horário de planejamento acompanhado pela diretora pedagógica e supervisora. A participação da equipe pedagógica é fundamental para que a equipe se interaja por uma melhor ação pedagógica. Nos dias de planejamento, a equipe

pedagógica estará junto com os professores discutindo a realidade de cada sala de aula, os avanços, obstáculos e estratégias para um ensino de qualidade.

A carga horária oferecida aos alunos é de 4h30m e está incluso vinte minutos de recreio. Aos alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem são oferecidas atividades que buscam sanar as suas dificuldades (6º ao 9º ano). Os alunos são redistribuídos uma vez por semana, no mesmo turno, em grupos menores de acordo com seu grau de dificuldades diagnosticados e planejam o que vai ser trabalhado semanalmente. Este planejamento se dá em 50 minutos e é executado em um módulo/aula no horário de mobilidade. Através deste projeto de mobilidade espera-se que até o final do ano os alunos participantes possam sanar suas dificuldades de aprendizagem apresentadas naquele ano. A avaliação acontece nos horários de planejamento coletivo dos professores com levantamentos de pontos positivos e negativos da mobilidade.

Para os alunos do 1º ao 5º ano é aplicado o Projeto Mobilidade. Os alunos são redistribuídos de acordo com o grau de dificuldade em grupos menores, no mesmo horário de aula, com o auxílio do professor eventual. Isso se torna necessário para que o professor possa trabalhar com os pares em aproximação. Acredita-se que na medida em que os alunos em defasagem possam se encontrar e sanar as suas dificuldades, os alunos que não apresentam essas dificuldades também podem ser contemplados, pois poderão avançar na construção de seus conhecimentos.

O único homem que se educa é aquele que aprende como aprender aprendeu como se adaptar e mudar; que se capacitou de que nenhum conhecimento é seguro, que nenhum processo de buscar conhecimento oferece um base segura". (ROGERS, 2009, p.10)

A formação continuada, bem como outros processos de capacitação, faz parte do esforço para valorizar e otimizar o trabalho de todos os funcionários. Neste sentido, é importante compreender que além da ação do poder público para viabilizar tais projetos, o trabalho que se desenvolve no interior da escola é fundamental. Trata-se, de fato, do desafio de investir em novos comportamentos diante da importância do conhecimento, como processo social e permanentemente construído. Com isso, a escola incentiva a formação continuada de todo o pessoal envolvido no processo,

como também facilita a participação em cursos oferecidos pelo CRPE/SEMED (Centro de Referência dos Profissionais da Educação da Rede Municipal de Educação de Divinópolis-MG) buscando parcerias na implantação de oficinas, palestras, cursos nos dias escolares.

Quanto às reuniões pedagógicas sempre acontecem nos dias escolares da escola e também nos horários de planejamento dos professores, priorizando as ações e os projetos em desenvolvimento. Sempre que fizer necessário também acontecerão os treinamentos em serviço e avaliações diretas com os professores, para aprimoramento das ações.

A qualidade não é um dado de fato, não é um valor absoluto, não é adequação a um padrão ou a normas estabelecidas a priori e do alto. Qualidade é transação, isto é, debate entre indivíduos e grupos que têm interesse em relação à rede educativa, que têm responsabilidade para com ela, com a qual estão envolvidos de algum modo e que trabalham para explicitar e definir, de modo consensual, valores, objetivos, prioridades, idéias sobre como é a rede para a infância e sobre como deveria ou poderia ser. (BONDIOLI, 2004, p.14)

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão democrática é um dos princípios que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu para a Educação brasileira e está regulamentada pela LDB 9394/96. A LDB dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE que trata dos diferentes níveis e modalidades da Educação escolar, bem como da gestão, do financiamento e da formação e valorização dos profissionais da educação.

[...] A própria legislação acabou reconhecendo mais amplamente essa necessidade de construir e desenvolver os princípios de convivência e de gestão democrática na escola de modo que se estendeu, por todo o Brasil, a exigência de manutenção desses canais de participação, tanto da comunidade escolar (pais, alunos, educadores, funcionários), como da população que vive em torno dela (comunidade local). (BARRETO, 2009, s.d.)

Assim, a gestão do Sistema Educacional observa as diretrizes nacionais comuns e considera a especificidade e a possibilidade histórica e cultural de cada sistema de ensino, seja municipal, distrital, estadual ou federal. A gestão democrática da escola pública, tendo por objetivo contribuir para a participação coletiva nos processos de discussão e decisões, organiza o funcionamento da escola de maneira transparente, possibilitando que a comunidade escolar adquira conhecimentos, saberes e ideias para transformar sua realidade.

[...] A autonomia e a gestão democrática da escola fazem parteda própria natureza do ato pedagógico. A gestão democrática da escola é, portanto, ma exigência de seu projeto político pedagógico. Ela exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade, de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é apenas um aparelho burocrático do Estado e não uma conquista da comunidade. A gestão democrática da escola implica que a comunidade e os usuários da escola sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola. (GADOTTI,1994, s.d.)

Na unidade escolar se concretiza o objetivo do sistema escolar, é nela que se efetivam as metas governamentais, estabelecidas ou não. É o local onde ocorrem as mudanças no sistema escolar e por esses motivos é necessária sua autonomia na elaboração de projetos e nas ações voltadas para as necessidades específicas da

sua comunidade escolar. Conforme Barreto (2009) e em Gadotti (1994), a comunidade assume também, junto às políticas públicas, a responsabilidade pelo desenvolvimento o projeto da escola. A função dos dirigentes escolares é de natureza política, portanto, preza-se pela rotatividade e a escolha dos mesmos na E. M. Santos Dumont ocorre por meio da eleição direta. No processo de eleição, os dirigentes apresentam seus planos de trabalho e todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos e funcionários, dentro das regras previamente estabelecidas, votam num processo de eleição transparente e democrático.

A E .M. Santos Dumont mantém a participação da comunidade e conta com um órgão representativo que é o Conselho Escolar. Todas as ocorrências que necessitam atenção especial são levadas ao Conselho e as decisões são compartilhadas, havendo, inclusive, registros em ata. O Conselho Escolar opina, também, sobre verbas e materiais a serem adquiridos pela escola e os pais tem um papel muito importante no Conselho, pois esse é o meio pelo qual a comunidade tem maior oportunidade de participar da escola e de todo seu processo.

É importante considerar que, segundo Barreto (2009), “a participação da comunidade não pode se limitar a suprir as necessidades materiais da escola ou de seus estudantes”. Evidencia que mais que isso, a comunidade pode e deve discutir as políticas de acesso, permanência e até mesmo contribuir para a organização curricular da instituição no sentido de possibilitar a reorientação da tarefa da escola.

A autonomia alcançada é uma conquista da jornada de estudos dos educadores que através de leituras, palestras, discussões vêm construindo estratégias para melhorar a qualidade no ensino. O direcionamento fica a encargo da equipe administrativa. Cabe a essa equipe a correção dos rumos, bem como o estímulo aos professores e funcionários que ainda não aderiram e têm dificuldade quanto à proposta coletiva. A consciência e a prática democrática precisam ser exercidas dentro da escola, a fim de que toda a sociedade se aproprie dessa prática e exerça sua cidadania de forma consciente, intervindo e transformando a sua realidade.

Em relação à disciplina do aluno, os problemas são amplamente discutidos e a resolução se dá, desde a auto avaliação, passando pela equipe pedagógica, pelos pais ou responsáveis e pelo Conselho até culminar nos órgãos de apoio à criança e ao adolescente do município de Divinópolis. Quanto ao funcionário, os procedimentos são parecidos e vão desde a avaliação individual sem registro até a avaliação com a equipe pedagógica e a avaliação com o grupo de trabalho desse funcionário, sendo todo o processo registrado em ata.

Evidencia-se a participação do órgão gestor nesse processo educacional, uma vez que a Secretaria Municipal de educação aponta diretrizes para uma política de propiciar à escola avanços no seu grau de autonomia e dispõe, dentre outros serviços, equipes técnicas específicas, de pedagogas que orientam apóiam e acompanham todo o trabalho educacional das unidades escolares.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Nessa escola, busca-se a integração social, e a valorização dos saberes do educando, incentivando e valorizando o resgate de sua cultura e o conhecimento formal. Por meio dos projetos pedagógicos espera-se, que o processo da construção do conhecimento e a convivência entre o educando e o educador ocorra de forma transparente e democrática. O professor é um mediador na construção do conhecimento do aluno, e tem como objetivo, entre outros, criar situações que provoquem o desafio intelectual e promova a aprendizagem do educando.

A escola exercer com autonomia, a sua função social, buscando sempre se atualizar e atuar de forma criativa e reflexiva na educação. Oportunizando aos alunos uma dinâmica que estimule a reflexão crítica e a determinação das normas de convivência. O respeito no ambiente escolar é incentivado constantemente entre todos os membros da equipe, valorizando desta forma a convivência coletiva, o profissionalismo e a prática pedagógica num constante processo de ação/reflexão das práticas adotadas.

[...] problematizar a necessidade de um trabalho conjunto, que envolva a intersetorialidade das secretarias municipais, para repensar sobre a temática num âmbito maior, com vistas a minimizar o mal-estar docente e buscar ações que concorram para o bem-estar do professor. (PASCHOALINO, 2009, P.133).

A Escola Municipal Santos Dumont constitui um dos poucos espaços de formação social e de vivência cultural a que a comunidade local tem acesso e, nesse sentido, valoriza-se a necessidade do trabalho com os pais, em: reuniões, assembleias avaliativas, festividades e momentos individualizados. Visto que a escola pública tem um papel social que vai além dos muros da escola, pois nela desponta todos os entraves da comunidade e o resultado da globalização. Torna-se necessário que o professor e a equipe pedagógica instalem canais.

É importante considerar que, segundo Barreto (2009), “a participação da comunidade não pode se limitar a suprir as necessidades materiais da escola ou de seus estudantes”. Evidencia que mais que isso, a comunidade pode e deve

discutir as políticas de acesso, permanência e até mesmo contribuir para a organização curricular da instituição no sentido de possibilitar a reorientação da tarefa da escola.

A autonomia alcançada é uma conquista da jornada de estudos dos educadores que através de leituras, palestras, discussões vêm construindo estratégias para melhorar a qualidade no ensino. O direcionamento fica a encargo da equipe administrativa. Cabe a essa equipe a correção dos rumos, bem como o estímulo aos professores e funcionários que ainda não aderiram e têm dificuldade quanto à proposta coletiva. A consciência e a prática democrática precisam ser exercidas dentro da escola, a fim de que toda a sociedade se aproprie dessa prática e exerça sua cidadania de forma consciente, intervindo e transformando a sua realidade.]

Em relação à disciplina do aluno, os problemas são amplamente discutidos e a resolução se dá, desde a auto avaliação, passando pela equipe pedagógica, pelos pais ou responsáveis e pelo Conselho até culminar nos órgãos de apoio à criança e ao adolescente do município de Divinópolis. Quanto ao funcionário, os procedimentos são parecidos e vão desde a avaliação individual sem registro até a avaliação com a equipe pedagógica e a avaliação com o grupo de trabalho desse funcionário, sendo todo o processo registrado em ata.

Evidencia-se a participação do órgão gestor nesse processo educacional, uma vez que a Secretaria Municipal de educação aponta diretrizes para uma política de propiciar à escola avanços no seu grau de autonomia e dispõe, dentre outros serviços, equipes técnicas específicas, de pedagogas que orientam apoiam e acompanham todo o trabalho educacional das unidades escolares.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

Nessa escola, busca-se a integração social, e a valorização dos saberes do educando, incentivando e valorizando o resgate de sua cultura e o conhecimento formal. Por meio dos projetos pedagógicos espera-se, que o processo da construção do conhecimento e a convivência entre o educando e o educador ocorra de forma transparente e democrática. O professor é um mediador na construção do conhecimento do aluno, e tem como objetivo, entre outros, criar situações que provoquem o desafio intelectual e promova a aprendizagem do educando.

A escola exercer com autonomia, a sua função social, buscando sempre se atualizar e atuar de forma criativa e reflexiva na educação. Oportunizando aos alunos uma dinâmica que estimule a reflexão crítica e a determinação das normas de convivência. O respeito no ambiente escolar é incentivado constantemente entre todos os membros da equipe, valorizando desta forma a convivência coletiva, o profissionalismo e a prática pedagógica num constante processo de ação/reflexão das práticas adotadas.

[...] problematizar a necessidade de um trabalho conjunto, que envolva a intersetorialidade das secretarias municipais, para repensar sobre a temática num âmbito maior, com vistas a minimizar o mal-estar docente e buscar ações que concorram para o bem-estar do professor. (PASCHOALINO, 2009, P.133).

A Escola Municipal Santos Dumont constitui um dos poucos espaços de formação social e de vivência cultural a que a comunidade local tem acesso e, nesse sentido, valoriza-se a necessidade do trabalho com os pais, em: reuniões, assembleias avaliativas, festividades e momentos individualizados. Visto que a escola pública tem um papel social que vai além dos muros da escola, pois nela desponta todos os entraves da comunidade e o resultado da globalização. Torna-se necessário que o professor e a equipe pedagógica instalem canais de comunicação entre eles e os alunos, para viabilizar o processo de formação dos educandos. Normas disciplinares dos discentes são estabelecidas em assembleia geral com os alunos de tal forma a serem seguidas por todos. O não cumprimento das normas disciplinares

estabelecidas é avaliado pelos alunos, professores, equipe pedagógica, pais, a escola em conselhos e órgão do Ministério Público, quando necessário.

A direção, equipe pedagógica, equipe administrativa, professores e demais funcionários da Escola Municipal Santos Dumont possuem atribuições e funções específicas para cada segmento, bem como seus planos de ações e projetos para o bom funcionamento da escola e alcance dos objetivos educacionais, principalmente a efetiva aprendizagem dos alunos. A direção administrativa se encarrega de toda organização operacional no planejamento de reuniões, acompanhamento da escrita da escola, acompanhamento do Programa Merenda Escolar, articulação com os Conselhos, funcionários, pais, alunos e comunidade escolar e ainda está inteiramente ligada aos processos pedagógicos.

A administração pedagógica está sob a coordenação do Diretor Pedagógico que, juntamente, com o serviço de supervisão fazem intercâmbio entre os dois turnos. Esse grupo é também responsável pela coordenação, implantação e implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis-MG, além da manutenção de uma relação harmoniosa em consonância com os projetos internos da escola, garantindo assim, uma educação em rede.

A formação continuada é visto como uma necessidade e direito de todos os profissionais da escola, sendo apoiada a participação nos cursos ofertados pelo Centro de Referência dos Profissionais da Educação e demais espaços de formação da Secretaria Municipal de Educação de Divinópolis-MG, entre outros. Além disso, são constantes, na própria escola, a oferta de cursos, a organização do planejamento coletivo e os encontros por área.

Acredita-se que a escola não é, hoje, um espaço educacional isolado. Necessita-se buscar integração e parcerias. Visando a integração escola e comunidade, os primeiros parceiros são os pais e/ou os responsáveis pelos alunos; assim sendo, conta-se com a presença destes nas assembléias avaliativas, no acompanhamento diário do desempenho dos filhos, nas apresentações artísticas nos eventos da escola, nas solicitações individuais e outros.

7. AVALIAÇÃO

“A avaliação tem como objetivo identificar em que medida os resultados alcançados estão próximos ou distantes dos objetivos propostos” (Sousa, 2005, p.13). Desta forma os avanços e as necessidades de retomar os conteúdos trabalhados são constantes. Segundo, Souza:

[...] se possível, descobrir as razões desta proximidade ou distanciamento, para permitir que o novo planejamento a ser realizado possa resolver os problemas com mais precisão. (Sousa, 2005; p. 25)

Não se mede o nível de conhecimento do aluno, apenas através da avaliação educacional, mesmo porque não é possível detectar toda a competência e legitimidade. Este procedimento ressalta uma avaliação negativa tanto do aluno quanto da instituição uma vez que envolve todas as atividades desenvolvidas e propostas pela instituição.

Uma boa avaliação é planejada e considera fatores externos e internos da instituição inclusive da cultura regional, pois o individuo carrega com sigo uma bagagem cultural e social do meio a qual pertence. Diante disto faz se necessário cuidado com o modo em que estes resultados são apresentados aos nossos alunos, pais e demais membros da comunidade escolar, pois o meio em que estão inseridos a instituição já exerce a função de reprova-los antes mesmo de serem oferecido a estes a oportunidade da construção do conhecimento, [...] o processo ensino-aprendizagem é muito mais amplo do que a simples mensuração de resultados obtidos pelos estudantes em avaliações que visam identificar, somente alguns dos conhecimentos adquiridos (NAVARRO, 2004, s.d.).

Já a avaliação institucional deve ser feita constantemente pelo coletivo, envolvendo todos os seguimentos da comunidade escolar, pois somente desta forma se sentirão sujeitos modificadores deste meio [...] pois a avaliação procura dar uma base mais sólida para que os problemas sejam resolvidos [...] (SOUZA, 2005, s.d).

Quando a escola tem autoconhecimento fica mais ágil a tomada de decisão e comprometimento da equipe para o aperfeiçoamento das metas.

Desta forma o planejamento se faz importante para o estreitamento dos laços entre a prática do cotidiano escolar e as teorias que podem ser buscadas como subsidio na materialização do Projeto Político Pedagógico. “O alcance relativo do planejamento, no âmbito do sistema educacional sobre as escolas, se verifica na medida em que as mudanças propostas se confrontam com as práticas já consolidadas.” (SILVA, 2005, s.d).

Os resultados escolares são apresentados a cada período de forma clara e transparente para toda a comunidade escolar, assim como também é ofertado ao educando uma nova oportunidade quando não há resultados satisfatórios do mesmo. Portanto as ações são redirecionadas assim como as estratégias para obtenção de melhores resultados e a conquista da autonomia. Pois o aperfeiçoamento do Projeto Político Pedagógico se faz no cotidiano escolar através do resultado da avaliação individual, coletiva e institucional para obtenção de um Ensino de qualidade.

O erro do educando é usado como mecanismo de avaliação da instituição, incluindo professores e gestores. Não sendo um instrumento de promoção e ou punição. No final de cada período, o resultado poderá ser positivo quando identificado que o educando atingiu os objetivos propostos. Em situações contrarias um plano de intervenção pedagógica é oportunizando ao educando para identificar a situação atual e o caminho a seguir na busca da educação de qualidade “ [...] a escola que busca qualidade precisa desenvolver o ser social em todas as suas dimensões: econômico, no cultural; no político [...] (NAVARRO, 2004, s.d.)

Quando as dificuldades não foram sanadas de um ano para outro, e tendo em vista que todas as oportunidades e estratégias para a construção do conhecimento foram oferecidas a este, o Decreto Municipal de Nº 10.965/2012 em seus artigos abaixo estabelece que:

Artigo 19 - A decisão quanto à retenção do educando no ano de escolaridade em que se encontra, caberá ao grupo de educadores que o

acompanham e implicará na elaboração de um plano de intervenção pedagógica, incluindo atividades a serem oferecidas ao educando pela escola e/ou fora da escola, visando a superação das dificuldades apresentadas no decorrer dos processos avaliativos.

Parágrafo único. Será necessário considerar os três anos iniciais do ensino fundamental como um bloco pedagógico ou um ciclo seqüencial não passível de interrupção, voltado para ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos.

Art. 20. O quarto e o quinto anos do ensino fundamental devem garantir o princípio da continuidade da aprendizagem dos alunos, sem interrupção, visando ampliar as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, para todos os alunos, imprescindíveis ao prosseguimento dos estudos.(DIVNÓPOLIS, DM nº10.965, 2012)

As avaliações são importantes, pois mediante seus resultados é possível estabelecer projetos de melhoria da qualidade da educação. Os tipos diversos de avaliação permitem identificar defasagens diferentes em estágios da construção do conhecimento para redirecionamento do trabalho pedagógico. “As práticas utilizadas nos processos de avaliação variam, como variam as intenções que se têm com o seu uso” (SOUZA, 2005, s.d.). O sucesso do aluno está atrelado a identidade da escola, portanto Souza ressalta,

[...] o objetivo de avaliar os alunos é conhecer o que eles sabem, quanto sabem e quão distante ou perto estão dos objetivos educacionais que lhes foram propostos[...] [...] com essa informações decorrentes da avaliação da aprendizagem, temos também informações sobre o ensino, uma vez que, na escola, a aprendizagem está sempre conjugada ao ensino”(SOUSA, 2005)

O decreto 10.965/2012 da Prefeitura Municipal de Divinópolis, determina:

Artigo 16. A avaliação do ensino-aprendizagem será integrada e processual, considerando os aspectos atitudinais, procedimentais e conceituais, de forma a orientar a organização da prática educativa em função das necessidades de desenvolvimento dos educando e a utilização de instrumentos diversificados que favoreçam a interpretação qualitativa do percurso e evolução dos mesmos.

A organização e a implementação das atividades pedagógicas adequadas e consistentes, para melhor atender a demanda da escola e do sistema municipal se dá nos incisos:

§ 2º- Os processos avaliativos nos Primeiro e Segundo Ciclos do ensino fundamental serão organizados em três períodos no decorrer do ano letivo, sendo atribuídos aos educandos, conceitos:

a) 1º período: fevereiro, março e abril;

b) 2º período: maio, junho, julho e agosto;

c) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro.

§ 3º - Os processos avaliativos no Terceiro Ciclo do ensino

fundamental serão organizados em três períodos no decorrer do ano letivo, sendo atribuídos, aos educandos, 100 pontos, divididos da seguinte forma:

- a) 1º período: fevereiro, março e abril - 30 pontos;
- b) 2º período: maio, junho, julho e agosto - 35 pontos.
- c) 3º período: setembro, outubro, novembro e dezembro - 35 pontos.

§ 4º - A distribuição de pontos a que se refere o parágrafo 3º do artigo 16 não incluirá os componentes curriculares Arte, Educação Física, Ensino Religioso e Língua Estrangeira Moderna, aos quais serão atribuídos conceitos.

§ 5º - Será considerada como parâmetro para a progressão simples, a média ponderada mínima de 60% (sessenta por cento), a ser obtida pelo educando nos três períodos avaliativos anuais.

§ 6º - A unidade de ensino, com o apoio da equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação – SEMED, criará estratégias diferenciadas para apresentação dos resultados das avaliações para os educandos e seus familiares. Estas estratégias descreverão as potencialidades, os avanços, as possibilidades e as dificuldades percebidas a partir dos processos avaliativos e os procedimentos adotados para superação das dificuldades demonstradas pelos educandos. (DIVNÓPOLIS, DM nº10.965, 2012)

Na avaliação, o resultado deve ser visto como forma de construção do conhecimento e instrumento para detectar e acompanhar as necessidades e retornar os conteúdos trabalhados. É preciso conscientizar as crianças e adolescentes que este é um processo importante que estará presente em alguns momentos de sua vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção do Projeto Político Pedagógico vive-se intensa movimentação da escola, permeada por momentos de trocas, ansiedade, medos, alegrias, dificuldades que impulsionam os avanços e as conquistas.

[...] vale a pena insistir em um processo em que a escola seja a autora do seu Projeto. A sensibilização à cultura do registro pensado e vivido pela escola e dentro de alternativas criativas para problemas cristalizados no cotidiano; o aumento do interesse da escola em conhecer melhor sua comunidade; a busca de processos mais democráticos e, em especial, o aguçamento da crítica e autocrítica pautados no respeito às diferenças, em relação às práticas de gestão e à atuação dos órgãos colegiados, dentro e fora da escola, são pontos fundamentais para o avanço democrático e formativo no âmbito das escolas. (OLIVEIRA, 2009, s.d.)

Ressalta-se que a construção deste projeto, executada de maneira realmente coletiva, só se tornou possível, devido à forma de organização da escola que garante tempo de estudo e interação da equipe. Assim, espera-se usufruir dos benefícios almejados e delinear novos rumos para a organização escolar. A maior dificuldade apontada por todos na construção deste projeto foi a adequação de tempos e espaços coletivos. Ampliar a participação da comunidade de pais também foi uma dificuldade a ser superada bem como estimular a participação de toda comunidade escolar no processo de construção do Projeto Político Pedagógico possibilitando que todos tenham vez e voz.

Esse trabalho ratifica que a E.M. Santos Dumont é um espaço aberto, onde todos os sujeitos são estimulados ao exercício da escolha, nas pequenas e grandes coisas e ações, de modo que aprendam a cultivar valores e a refletir sobre eles todo o tempo. Assim, como resultado de um esforço contínuo, solidário e paciente, Gadotti (1994), pode-se operar a grande mudança por meio das pequenas, numa certa direção.

[...] Sem a pretensão de concluir, é preciso entender que o projeto pedagógico é caracterizado como ação consciente e organizada. O projeto

deve romper com o isolamento dos diferentes segmentos da instituição educativa e com a visão burocrática, atribuindo-lhes a capacidade de problematizar e compreender as questões postas pela prática pedagógica. (VEIGA, 2003, p.279)

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**. Educação & Sociedade, vol. 28, n.º 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a1828100.pdf>.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP& A, 2002.

DECRETO MUNICIPAL de Nº 10.965/2012 da Prefeitura Municipal de Divinópolis de Minas Gerais

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação da aprendizagem, avaliação institucional e gestão escolar: a síntese necessária**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. **Avaliação institucional**: elementos para discussão. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

ESCOLA DE GESTORES – MEC.. Território e Lugar: espaços da complexidade. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

FREITAS, Luiz Carlos de. CICLO OU SÉRIES? O que muda quando se altera a forma de organizar os tempos-espaços da escola? GT 13 - 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004. Disponível em: www.anped.org.br.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto pedagógico. Cadernos Educação Básica – O Projeto Pedagógico na escola. Atualidades

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação**: o processo e o produto - 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

NAVARRO, Ignez Pinto(et al.) **Conselho Escolar e a aprendizagem na escola**-2004. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/UFMG.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola**. 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.










SILVA, Marcelo Pereira (et al.) O Planejamento em Educação-2012. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição – 2010. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg

ANEXOS

ANEXO A

CALENDÁRIO - 2013 - Ensino Fundamental e Educação Infantil						
Escola Municipal Santos Dumond						
JANEIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30	31		
Escolar: 00		Letivo: 00				
FEVEREIRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	
Escolar: 01		Letivo: 16				
MARÇO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 01		Letivo: 18				
ABRIL						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 01		Letivo: 22				
MAIO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
			1	2	3	4
5	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24	25
26	27	28	29	30	31	
Escolar: 02		Letivo: 20				
JUNHO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 01		Letivo: 19				
JULHO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 00		Letivo: 15				
AGOSTO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 01		Letivo: 19				
SETEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 02		Letivo: 19				
OUTUBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 00		Letivo: 18				
NOVEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 01		Letivo: 20				
DEZEMBRO						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					
Escolar: 01		Letivo: 14				
LEGENDA						
	Início e término do ano escolar		Férias		Dia Letivo Integrador	
	Início e término do ano letivo		Dia Letivo		Dia Nacional da Consciência Negra - Lei. 10.639/03	
	Recessos e feriados		Dia Escolar		Eleição de Diretores	
< 1º SEMESTRE >		< 2º SEMESTRE >		TOTAL GERAL		
Dias Escolares	Dias Letivos	Dias Escolares	Dias Letivos	Dias Escolares	Dias Letivos	
04	110	05	90	09	200	
Assinatura/Carimbo Diretor(a)		Assinatura Dinâmica Escolar		Carimbo da Escola Divinópolis, 28/12/2012		

ANEXO B

PLANO CURRICULAR - 2013																			
ENSINO FUNDAMENTAL																			
Escola Municipal Santos Dumont												Carimbo da Escola							
Endereço:																			
Município: Divinópolis/MG																			
Dias Letivos Anuais: 200										Carga Horária Anual: 833h e 20 min									
Semanas Letivas Anuais: 40										Recreio Diário: 20min									
Módulo Aula: 50 minutos										Duração do Turno: 4h 30min									
Dias Semanais: 05																			
Áreas de Conhecimento	ANOS INICIAIS										ANOS FINAIS								
	Ciclo da Alfabetização					Ciclo Complementar					6º Ano		7º Ano		8º Ano		9º Ano		
	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		5º Ano		AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	
	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	AS	CH	
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	04	133:20	04	133:20	04	133:20
	Matemática	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	05	166:40	04	133:20	05	166:40	05	166:40	05	166:40
	Geografia	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00
	História	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	04	133:20	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Ciências	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	03	100:00	04	133:20	04	133:20	04	133:20
	Educação Física	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40
	Arte	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
	Ensino Religioso	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20
Parte Diversificada	LEM - Inglês	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	
	Protagonismo Juvenil	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	33:20	01	33:20	01	33:20	
	Literatura	02	66:40	02	66:40	02	66:40	02	66:40	01	33:20	-	-	-	-	-	-	-	
	Filosofia	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	01	33:20	-	-	-	-	-	-	-	
	Total	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20	25	833:20
Observações:																			
1 - Os Estudos sobre Direitos Humanos permeiarão todas as Áreas de Conhecimento (Lei Estadual nº 12767/1998).												Legenda:							
2 - A Educação Ambiental permeiará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Federal nº 9795/1999).												AS - Aulas Semanais							
3 - A Educação Fiscal permeiará todas as Áreas de Conhecimento (Lei Municipal nº 6526/2007).												CH - Carga Horária							
4 - A História e a Cultura Afro-Brasileira e Indígena será integrada à História e Geografia (Lei Federal nº 11645/2008).																			
5 - Direitos das Crianças e Adolescentes permeiarão todo o currículo (Lei Federal nº 11.525/07).																			
Divinópolis, 28 de dezembro de 2012																			
												DIRETOR (A) ESCOLA							
												Dinâmica Escolar							